

**ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA ESTADUAL DE
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE
GOIÁS - MENP/SES-GO**

1 **ABERTURA: Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às 15 horas,**
2 na Rua SC-1 nº 299, Parque Santa Cruz, Gabinete do Secretário, Secretaria de Estado da
3 Saúde, Goiânia-GO, realizou-se sob a Coordenação-Executiva do senhor Halim Antonio
4 Girade, Secretário de Estado da Saúde de Goiás, a Sexta Reunião Ordinária da Mesa
5 Estadual de Negociação Permanente da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
6 (MENP/SES-GO), para tratar sobre o Plano de Cargos e Remuneração – PCR,
7 Produtividade e reordenação das pautas prioritárias, com a presença de representantes da
8 Secretaria de Estado da Saúde (SES): Superintendência de Gestão, Planejamento e
9 Finanças (SGPF), Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde (SCATS),
10 Superintendência de Educação, Saúde e Trabalho para o SUS (SEST), Superintendência de
11 Políticas de Atenção Integral à Saúde (SPAIS), Superintendência de Vigilância em Saúde
12 (SUVISA) e Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde
13 (SUNAS), compondo a bancada governamental e representantes do Conselho Regional de
14 Serviço Social 19ª Região Goiás (CRESS), Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
15 (SEGPLAN), Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás (SIEG), Sindicato dos
16 Farmacêuticos do Estado de Goiás (SINFAR), Sindicato dos Médicos do Estado de Goiás
17 (SIMEGO), e Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SINDSAUDE),
18 compondo a bancada sindical e de conselhos de classe. O Coordenador-Executivo da Mesa
19 Estadual de Negociação Permanente da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
20 (MENP/SES-GO), Halim Antonio Girade, inicia a reunião dizendo que, tendo em vista ter
21 dado o número de quórum que é 9, a reunião já poderia começar. Todos concordaram.
22 Continuou dizendo que no período eleitoral não houve reunião da MENP, mas que o
23 importante é que a MENP continua e agora seguiremos até a entrada do próximo
24 secretário. Meiry SPAIS informa que Julierno não compõe mais a MENP. Dr. Halim diz
25 que houve uma demanda que partiu do SINDSAÚDE, para realizar esta reunião com
26 apresentação de dois temas. Dr. Halim solicitou que Maria Carolina explicasse sobre a
27 primeira demanda que foi a de considerar a formação como titulação. Carolina informa que

28 a lei do Plano de Cargos e Remuneração é clara, quando define os percentuais relacionados
29 à titulação: 30% para doutorado, 20% mestrado, 10% especialização, 7% nível médio, cujo
30 somatório com curso de aperfeiçoamento seja igual ou superior a 260 horas, 5% nos cargos
31 de nível fundamental, cujo somatório dos cursos de aperfeiçoamento seja igual ou superior
32 a 180 horas. Carolina diz que esse assunto foi discutido exaustivamente na MENP, em
33 reuniões extraordinárias. Um exemplo citado foi de uma servidora contratada como técnica
34 em enfermagem, e tem um curso de formação de enfermagem, não há como titular como
35 aperfeiçoamento, visto que a lei não permite, pois é uma formação e não enquadra em
36 aperfeiçoamento ou especialização. O outro tema apresentado pelo SINDSAÚDE refere-se
37 à alteração da lei do prêmio, concedendo a produtividade aos cargos comissionados,
38 considerando o nível de escolaridade do cargo, o que é feito também para os efetivos. Por
39 exemplo, se a pessoa é serviços gerais, ela é do nível fundamental, logo a produtividade
40 dela é de nível fundamental, se ela é técnica em enfermagem, ela é nível médio, portanto a
41 produtividade é de nível médio, se o cargo dela é nível superior, ela recebe produtividade
42 de nível superior. Os comissionados não tinham quase nada, pois na medida em que
43 aumentava o valor do salário dos efetivos, o salário do comissionado continuava
44 estagnado, não recebia prêmio de incentivo, por isso decidiu-se estender ao comissionado
45 esse prêmio de incentivo conforme a escolaridade dele, porque ele não tinha parâmetro,
46 destacando que isso já acontece aos servidores efetivos. Dr. Halim fala que esses foram os
47 dois questionamentos que o SINDSAÚDE fez, um que diz respeito à titulação e o outro à
48 produtividade. Dr. Halim perguntou se os demais membros tinham alguma dúvida. O
49 senhor Paulo Sérgio SEGPLAN expôs sobre a necessidade do documento estar
50 resguardado quanto ao aspecto legal, o que seria um prevenção para a MENP. Carolina diz
51 que o SINDSAÚDE fez um documento para o Secretário, o qual foi aberto um processo,
52 que seguiu para a ADSET e, no momento, está em andamento na PGE. Dr. Halim diz que
53 o ideal é que todo questionamento que tenha um confronto, na realidade algum desafio
54 com a lei, passe sempre pela PGE. Com isso, nós poderemos dar uma posição formal e
55 oficial, não pessoal. Também solicitou que Carolina verifique se o documento é oficial,
56 haja vista a importância disso, visto que se trata da vida de pessoas. Luizinéia SIEG
57 questionou se a reunião realmente poderia ter começado, tendo em vista o número de
58 membros presentes. Dr. Halim respondeu que o quórum é de 9 pessoas, o que já havia para

59 ter dado início à reunião, e que sempre foi realizada dessa forma, tendo o quórum, pode-se
60 começar a reunião. Dr. Halim pergunta se há mais algum questionamento. Houve um
61 questionamento quanto ao enquadramento. Dr. Halim pede para que conste nesta ata o
62 elogio feito por ele à Carolina GDP/SGPF pelo excelente trabalho feito com relação ao
63 enquadramento. Em seguida, pede para que Carolina explique como está o quadro geral
64 desse processo de enquadramento, qual total esperado, quantos já foram enquadrados.
65 Carolina responde que a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas está com duas frentes,
66 sendo o enquadramento e a titulação. Quanto ao enquadramento, a GDP disponibilizou
67 cinco pessoas e a GFP mais quatro, num total de nove servidores para cuidar desse assunto,
68 alguns no horário integral e outros em meio período, onde há esclarecimentos de dúvidas.
69 Foi divulgado no site da SES qual o telefone para tais esclarecimentos, além disso, as
70 pessoas interessadas também têm vindo pessoalmente à SES, o que tem feito com que o
71 trabalho quanto ao enquadramento tenha ocorrido com muita tranquilidade. Na última
72 consulta que ela fez, havia mais de cinco mil pessoas enquadradas. Dr. Halim disse que
73 isso já significa a metade. Carolina diz que esse pessoal enquadrado já receberá a partir de
74 dezembro, com efeito da lei do enquadramento. Quanto à titulação, foi feita no mínimo de
75 dez a doze reuniões com professores que tem mestrado, doutorado, especialização ou
76 experiência em avaliação curricular, em banca de processo seletivo e/ou banca
77 examinadora, está acontecendo na SESTUS, sob a coordenação de alguns servidores da
78 Escola de Saúde Pública, disse que o pessoal foi bastante treinado para isso, com relação à
79 análise do nível superior, tudo está acontecendo com tranquilidade. Continuou dizendo que
80 o que é mais complicado é a questão do nível médio e fundamental, tendo em vista a
81 quantidade de títulos que tem sido apresentados, e que há necessidade de pesquisar,
82 verificar se tem ou não tem o curso apresentado. Quanto à procedência, os servidores
83 assinam um documento, afirmando a veracidade do que declara possuir. Mas também tem
84 sido desenvolvido, a equipe tem trabalhado de segunda a sexta, são duas pessoas que
85 avaliam, responsabilizando-se por isso, depois tem que ser feita a portaria para o secretário
86 assinar, e disse que a solicitação para o enquadramento pode ser feita a qualquer tempo.
87 Dr. Halim pergunta aos membros da MENP se a Carolina GDP/SGPF pode retomar a
88 explicação do início, respondendo aos questionamentos do SINDSAÚDE, tendo em vista a
89 senhora Flaviana SINDSAÚDE ter chegado após o início da reunião. Os membros

90 concordaram. Carolina passou às explanações novamente. Flaviana SINDSAÚDE pediu
91 para que registrasse em ata que os questionamentos foram feitos por meio de dois ofícios
92 quanto à produtividade, um no início de julho e outro em agosto, com relação ao PCR,
93 disse que já falou verbalmente com Givaldo e com Carolina e reclamou da demora quanto
94 à resposta. Dr. Halim enfatiza que a resposta aos questionamentos do SINDSAÚDE será
95 feita oficialmente. Flaviana disse que houve muitas tentativas de abordar a questão da
96 valorização das pessoas que tem graduação. Disse que não há como negar que alguém que
97 tem um curso técnico e que, ao concluir um curso de graduação, não esteja melhor
98 aperfeiçoado. E deixa o questionamento de que a formação não deixe de ser considerada
99 aperfeiçoamento. Carolina diz que ainda não houve respostas oficiais porque o processo foi
100 autuado no dia oito de julho, sob o número 201400010011885, a SES encaminhou o ofício
101 do SINDSAÚDE, datado do dia sete de julho, cujos questionamentos são solicitar o
102 parecer oficial do motivo pelo qual autoriza a Portaria nº 203/2014, que alterou a regra do
103 cálculo de pagamento do Prêmio de Incentivo dos servidores comissionados e efetivos,
104 solicitar alteração para que o SINDSAÚDE possa participar do grupo de trabalho do Plano
105 de Cargos e Remuneração – PCR, solicitar resposta oficial do início do enquadramento do
106 PCR. Carolina disse que foi encaminhado para ADSET, que encaminhou para PGE para
107 parecer oficial. Flaviana disse que, desde o momento em que o Dr. Halim solicitou que
108 qualquer reclamação, denúncia ou questionamentos a serem feitos à SES fossem
109 protocolados, foram autuados diversos processos, sem respostas até o momento. E disse
110 que apesar disso não ser a pauta desta reunião da MENP, gostaria que houvesse mais
111 agilidade. Dr. Halim diz que concorda que não pode haver demora na resposta. Divino
112 SCATS diz que seria muito importante que a MENP tenha um Plano de Gestão de Pessoas,
113 que é o fundamento que norteia o PCR. Carolina diz que o PCR é um dos instrumentos do
114 Plano de Gestão de Pessoas, quando atrelado a um sistema de avaliação de desempenho,
115 imparcial e coerente. Diz que há uma série de instrumentos que realmente precisamos
116 avançar, porém, já começamos. Foi colocado por um membro da MENP que o PCR deixou
117 a desejar. Dr. Halim diz que foi criado um grupo menor que discutiu exaustivamente, que
118 buscou analisar e atender às necessidades dos servidores. Disse que é claro que não foi
119 possível contemplar tudo, porém, houve grandes avanços, como exemplo o aumento do
120 salário dos servidores, por um esforço de todos, funcionários da SES e Sindicatos. Disse

121 que de agora para frente esperamos que seja cada vez melhor, claro que ainda não é
122 perfeito, mas agora o objetivo é a melhoria gradativamente. Carolina diz que o Divino
123 SCATS fez uma ótima colocação e realmente agora temos que buscar melhorar cada vez
124 mais. Flaviana SINDSAÚDE fala que, com exceção da especialização, há uma vacância na
125 lei, com relação ao Capítulo VI, que trata do adicional de titulação e aperfeiçoamento,
126 quanto ao que realmente pode ser acumulado e quais cursos podem ser aceitos. Dr. Halim
127 concorda que os servidores realmente têm o direito de saber quais cursos eles podem fazer.
128 Dra. Meire SESTSUS diz que também concorda que ficou uma lacuna na lei. Explica que
129 o aperfeiçoamento está ligado à função que o servidor exerce. Por exemplo, o servidor é
130 auditor, mas está numa gerência, ele pode fazer um curso na área da saúde que seja
131 relacionado ao cargo que ele está investido, por exemplo, Saúde Pública, Gestão Pública.
132 Carolina GDP/SGPF enfatiza que é a atribuição do cargo em que o servidor está investido.
133 Flaviana SINDSAÚDE questiona o que o servidor deve fazer se quiser melhorar o salário e
134 quer se aperfeiçoar. Carolina GDP/SGPF responde que há uma equipe responsável para
135 orientar o servidor, se a equipe tiver dificuldades pode procurar a coordenação e, caso não
136 resolva, ainda há o aspecto jurídico para auxiliar o servidor. Paulo Sérgio SEGPLAN fez
137 uma analogia com o PCR da Secretaria de Estado da Educação/Seduc, diz que o curso que
138 ele tem como instrutor de formação para agentes do Procon não foi aceito na Seduc como
139 curso de aperfeiçoamento, visto que não condizia com a formação de professor de
140 matemática, sendo que para isso realmente existe um embasamento jurídico. Foi
141 esclarecido pela Carolina GDP/SGPF que há uma normatização quanto à avaliação de
142 quais cursos podem ser aceitos como aperfeiçoamento e há uma equipe responsável para
143 isso. Flaviana SINDSAÚDE enfatiza que está aguardando a resposta quanto aos cursos que
144 podem ser acumulados. Dr. Halim solicita que seja dada resposta oficial à MENP. Divino
145 SCATS disse que o PCR deixou a desejar com relação ao anseio do servidor público como,
146 por exemplo, o piso salarial. Diz que deve ser continuada a discussão na MENP o que pode
147 melhorar para os trabalhadores, diz que o PCR está só começando. Dr. Halim diz que não
148 concorda com a fala do senhor Divino SCATS, disse que houve por parte dele uma falta de
149 percepção quanto aos avanços, tendo em vista que houve um grande avanço no PCR e
150 poderá chegar a 89% o aumento do salário dos servidores da SES. Flaviana SINDSAÚDE
151 solicita agilidade quanto à orientação aos servidores. Disse que tiveram pessoas que

152 estavam próximas da aposentadoria e pediram para segurá-la para assegurarem o direito ao
153 PCR. Também questionou se o servidor que está para aposentar e entrou com o processo
154 de titulação, já pode aposentar. Carolina explica que se o servidor entrou com o processo
155 de titulação, deve aguardar a portaria de concessão da titulação, e posteriormente, solicitar
156 a aposentadoria. Explica ainda que são dois processos, um é o do enquadramento e o outro
157 é o da titulação. Por exemplo, se o servidor foi enquadrado no mês de novembro, ele já
158 entra na folha de dezembro, amparado pela lei. Quanto à titulação, o servidor ao apresentar
159 o (os) título(s), será feita análise pela equipe, quando concedido(s), será emitida uma
160 portaria e, então, o servidor também entrará na folha de dezembro. Meire SESTSUS
161 enfatiza que é extremamente necessária a carga horária do curso para que o documento seja
162 válido. Com relação ao enquadramento, o valor será parcelado. Com relação à titulação,
163 entende-se que seja de uma só vez, integrado. Flaviana SINDSAÚDE fala que é muito
164 importante que a reunião da MENP tenha regularidade. Dr. Halim solicita que na próxima
165 reunião, os membros deixem a proposta de agenda da MENP de 2015, até como sugestão
166 para o próximo secretário. O calendário já estava definido para reunião da MENP sempre
167 nas segundas terças-feiras de cada mês, às 15:00 horas. Flaviana SINDSAÚDE solicita que
168 a comissão a receba para dar orientação e dar um norte sobre quais cursos podem ou não
169 serem enquadrados. Meire SESTSUS enfatiza que o curso deve ter uma correlação ao
170 cargo que o servidor exerce. Paulo Sérgio SEGPLAN também fala que o curso deve ser
171 vinculado ao cargo. Carolina GDP/SGPF chama atenção para o Anexo II da lei, onde há a
172 descrição sumária do cargo, disse que o servidor deve atentar-se a isso e fazer um curso
173 que tenha relação com as atividades que serão desenvolvidas pelo cargo. Paulo Sérgio
174 SEGPLAN sugere como pauta da próxima reunião além do Plano de Gestão de Pessoas, a
175 profissionalização do servidor. Dr. Halim disse que ficou muito contente pelo
176 SINDSAÚDE ter provocado a retomada da MENP. Dr. Halim explica que terá que
177 comparecer a um compromisso anteriormente assumido e passa a coordenação da MENP
178 para Carolina. Flaviana SINDSAÚDE diz que insiste com a questão da agilidade na
179 resposta com relação aos cursos que poderão ser considerados como aperfeiçoamento.
180 Carolina GDP/SGPF diz que se o servidor estiver com dúvidas com relação ao curso que
181 poderá ser considerado, ele também pode fazer a solicitação, por escrito, para a própria
182 Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, ou ligar para a equipe responsável. Flaviana

183 SINDSAÚDE diz que insiste com resposta oficial. Carolina GDP/SGPF diz que, como já
184 havia dito anteriormente, encaminhará a resposta oficialmente. Foram colocadas como
185 sugestão para pautas da próxima reunião o cronograma de 2015 para ser apresentado ao
186 próximo secretário, bem como propostas de pautas para 2015. A próxima reunião fica
187 marcada para o dia nove de dezembro, às 15:00 horas. Carolina GDP/SGPF encerrou a
188 reunião.

Goiânia, 11 de novembro de 2014.

Halim Antonio Girade
Secretário de Estado da Saúde
Coordenador-Executivo da MENP

Luzinéia Vieira dos Santos
SIEG

Divino Aparecido Alves
SCATS/SES

Solimar Silva
SINFAR

Meire Incarnação Ribeiro Soares
SEST/SES

Liliam Freire Baeta
SIMEGO

Maria Carolina Ferreira
GDP/SGPF

Ana Beatriz Ramos
SUNAS/SES

Eliomar Sérgio da Silva
SUVISA/SES

Meiry de Paula Ferreira
SPAIS/SES

Flaviana Alves Barbosa
SINDSAUDE

Paulo Sérgio Pantaleão
SEGPLAN

Junia Rios Campelo
CRESS